



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

XIX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO / I EREBIO – REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ENSINO DE BIOLOGIA – REGIONAL SUL.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA: AUTONOMIA OU SUJEIÇÃO? – UMA ANÁLISE DE CASO A PARTIR DA GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT

Sônia Maria Carvalho, UFPR, soniabre@bol.com.br

1. Introdução

A discussão trazida por esse trabalho de pesquisa, diz respeito as práticas sociais na escola que, por sua vez, são abordadas à partir das teses foucaultianas relacionadas a organização das instituições. Essa pesquisa analisa a construção do *Projeto Político Pedagógico (PPP)*, em uma escola estadual, ou seja, o *PPP do Colégio Francisco Camargo*.

A escola aparece, nas teses foucaultiana, como uma instituição cuja função está direcionada para a disciplinarização dos corpos infantis, configurando um sistema em que as relações de poder sejam determinantes. É na escola que se desenvolvem práticas e discursos que visam a produção de disciplina, isto é, a disciplinarização de corpos e mentes.

Esse trabalho partiu de um questionamento do presente sobre a organização política e institucional da escola, isto é, sobre a organização da escola, partindo da construção, no plano específico, do *Projeto Político Pedagógico*. Desse modo, a questão primeira colocada por esse trabalho trata-se de investigar em que medida o *PPP* rompe com a organização disciplinar da instituição escolar, ou não.

Para compreender as transformações que vem ocorrendo na organização política da instituição escolar, mais especificamente, a autonomia da escola frente a sua gestão, esse trabalho analisa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), que legisla sobre a construção do *PPP*. Para a análise do *PPP*, com base na LDB, realizou-se um estudo de caso: o *Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Francisco Camargo* do município de Tijucas do Sul, no Paraná. Para esse estudo foram analisados à partir dos registros em livro ATA e sob a minha observação, a participação de professores, equipe pedagógica e direção nessa construção.

Na primeira parte desse trabalho, intitulado *A escola disciplinar*, são discutidas as teses foucaultianas com relação a organização da instituição escolar. A segunda parte é uma análise da instituição do *Projeto Político Pedagógico* nas escolas e sua função diante da instituição escolar, e sobretudo a sua construção, e, por fim é apresentado o resultado da pesquisa realizada, isto é, a análise da construção do *Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Francisco Camargo*.

2. A Escola Disciplinar

2.1 A Instituição Escolar e a Produção do Indivíduo

O pensamento de Michel Foucault é muito importante para a compreensão dos saberes que orientam a atualização dos mecanismos históricos de sujeição dos indivíduos nas transformações que as sociedades vivem. Segundo Alfredo Veiga-Neto:

(...) é quase trivial reconhecer a importância das contribuições de Michel Foucault para o entendimento da escola moderna como maquinaria implicada na fabricação tanto do sujeito moderno quanto da própria modernidade.¹

Continuando com Veiga-Neto:

(...) Por isso, é no estudo da obra do filósofo que se pode buscar algumas maneiras produtivas de pensar o presente, bem como novas e poderosas ferramentas para tentar mudar o que se considera ser preciso mudar.²

Com as ferramentas de Foucault podemos compreender a escola como uma instituição envolvida no disciplinamento dos corpos, na qual este processo disciplinar se dá através da vigilância. Para tanto faz-se necessário o esquadramento do espaço, o fracionamento do tempo, a construção do gesto e das atitudes de cada aluno.

A obrigatoriedade da educação escolar, fez com que a instituição *Escola*, tivesse que ser, até mesmo por aqueles que não a desejavam, o lugar no qual passamos a maior parte do tempo de nossas vidas, um tempo, maior do que aquele que passamos em casa com a nossa família, com os amigos, etc.

De todas as instituições disciplinadoras é a escola que possui a maior abrangência, pois é no interior dessa instituição que os indivíduos deverão passar a maior parte das horas de formação, até que estejam prontos para a vida adulta.³

¹ Cf. VEIGA-NETO, A. "Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades" in CASTELO BRANGO, G. & PORTOCARRERO, V. (org.) *Retratos de Foucault*, RJ: Nau, 2000; p.179.

² Cf. VEIGA-NETO, A *Foucault e a Educação*, Belo Horizonte: Autêntica, 2003; p. 17-18.

³ Cf. César, M. R. A. "*Da escola disciplinar à pedagogia do controle*". Tese de Doutorado. Campinas, SP: [S.N.], 2004; p.55.

A escola moderna, na compreensão foucaultiana, é formada por um conjunto de ações e regulamentos. O sucesso da instituição depende diretamente da sua eficácia como uma instituição normalizadora e controladora de comportamento. Na escola, puni-se e vigia-se para padronizar comportamentos, isto é, padroniza e/ou iguala as individualidades.

Foucault analisa a disciplinaridade no nível institucional, mostrando as distinções entre três tipos de instituições: a fábrica, a escola e, agrupados juntos, o hospital, o manicômio e a prisão.(...). A escola – enquanto aparelho de transmissão de saberes – disciplina para a formação; enquanto conformadora de atitudes, percepções, esquemas de resposta, as escolas também disciplinam para normalizar.⁴

Para que o processo de disciplina aconteça é preciso organizar o espaço e ter uma arquitetura preparada para esse fim, um local que a vigilância seja possível.

(...) o espaço foi antes de mais nada cercado, a fim de ser separado do restante da sociedade; isto significa dizer que no interior do muro estará a prisão ou a escola, o hospital, o asilo e a fábrica, e do outro lado do muro uma aglomeração social desordenada a ser organizada nos espaços fechados.⁵

Além da organização do espaço para que a disciplina aconteça necessita-se do controle das atividades, ou seja deve-se, controlar o tempo do indivíduo.

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais de tempo disciplinar.⁶

Para Foucault, a disciplina *fabrica* indivíduos e para que o poder disciplinar tenha sucesso ele necessita do uso de instrumentos como o *olhar hierárquico*, “um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”⁷. A *sanção normalizadora* “obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as

⁴ Cf. VEIGA-NETO, A “Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol?” in VEIGA-NETO, A *Crítica pós-estruturalista e educação*, Porto Alegre: Sulina, 1995; p. 39-40.

⁵ Cf. César, M. R. A. “*Da escola disciplinar à pedagogia do controle*.” Tese de Doutorado. Campinas, SP: [S.N.], 2004; P.57.

⁶ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, 1998; p. 129.

⁷ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, op. cit., p. 143.

diferenças, ajustando-as umas às outras”⁸. E o *exame* que “combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”⁹.

Para Michel Foucault, o modelo espacial disciplinar por excelência foi o *Panopticon* de Bentham, porque “o efeito mais importante do Panóptico é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”¹⁰, ele, segundo Foucault:

Era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc.¹¹

O Panóptico organiza espaços que permitem ver, sem no entanto, serem vistos, portanto, uma garantia da ordem. Assim, a vigilância tornava-se permanente em seus efeitos, mesmo que não fosse em sua ação. Mais importante do que vigiar o prisioneiro o tempo inteiro, era que o mesmo sabia que era vigiado. Em suma, o Panóptico desfaz a necessidade de combater a violência física com outra violência física, antes, com mecanismos de ordem psicológica. Para Foucault:

Se a violência for grande, há o risco de provocar revoltas; ou, se a intervenção for muito descontínua, há o risco de permitir o desenvolvimento, nos intervá-los, dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado.¹²

Segundo Foucault, o Panóptico despertou interesse, pelo fato de ser aplicável a muitos domínios diferentes, não se trata apenas de uma prisão, é um princípio geral de construção. Bentham concebe o Panóptico não para uma destinação única, mas, com algumas adaptações, servirá tanto para prisões quanto para hospitais, escolas e fábricas e em cada uma de suas aplicações, nessas instituições, permite aperfeiçoar o exercício do poder.

2.2 A relação poder-saber

⁸ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis:Vozes, op. cit., p. 154.

⁹ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis:Vozes, op. cit., p. 154.

¹⁰ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis:Vozes, op. cit., p. 166.

¹¹ Cf. FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*, RJ: Nau, 1999; p. 87.

¹² Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*, RJ:Graal, 1993; p.217.

Quando Foucault estudou a relação entre poder e saber “descobriu que os saberes se engendram e se organizam para ‘atender’ a uma vontade de poder”.¹³

Não encontramos em Foucault uma teoria do saber, pois, “o filósofo não tematiza o conhecimento como uma faculdade humana, mas como um acontecimento articulado ao poder, como uma estratégia”.¹⁴

Se por um lado o exercício do poder como dominação hierarquiza e institui alguns saberes e exclui outros, o poder como luta e resistência, no âmbito dos saberes, promove o resgate destes saberes, onde ele é gerado e onde ele existe na forma concreta como saber. Foucault diz que o “papel do intelectual (...) é o de lutar (...) na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso”.¹⁵ Ele mostra como, em que sentido dá-se esse lutar na ordem do saber

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.(...) Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.¹⁶

A vigilância se constitui no suporte básico das práticas políticas disciplinares para a formação dos domínios do saber. A escola é um instrumento, também ideológico, que produz poder, organizado através da vigilância.

A existência de exames é um indicador de que a escola produz poder, ao medir, classificar e normalizar o aluno. Ele é a combinação entre as técnicas da sanção que normaliza e da hierarquia que vigia. Ao formar um sistema comparativo de caracterização de fatos coletivos e ao descrever a evolução particular, as aptidões do aluno debaixo de um controle de saber permanente, o exame assim consegue reforçar a imagem dos alunos tidos como problemáticos. Foucault nos ensina que o poder de punir não é essencialmente diferente de educar.

A escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. (...) O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que

¹³ Cf. VEIGA-NETO, A *Foucault e a Educação*, Belo Horizonte: Autêntica, 2003; p. 141.

¹⁴ Cf. VEIGA-NETO, A *Foucault e a Educação*, Belo Horizonte: Autêntica, 2003; p. 153.

¹⁵ Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*, RJ:Gral, 1993; p.71.

¹⁶ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis:Vozes, 1998; p. 27.

transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. (...) O exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do bom aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia. E do mesmo como o processo de exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola “examinatória” marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência. (...) O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder.¹⁷

2.3 A escola disciplinar

Enviam-se em primeiro lugar as crianças para a escola não com a intenção de que elas lá aprendam algo, mas com o fim de que elas se habituem a permanecer tranqüilamente sentadas e a observar pontualmente o que se lhes ordena.¹⁸

Nesse parágrafo de um texto de Kant, podemos perceber que a escola moderna é a instituição que melhor trabalha com os dispositivos disciplinares. Segundo Foucault, a disciplina “se dirige ao corpo, a vida dos homens, (...) não ao homem corpo, mas ao homem vivo, (...) A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos”.¹⁹

Dentro da temática do corpo, não existe uma degradação, mas sim uma “manipulação”. Para Foucault, essa “manipulação” não passa pela violência física ou psíquica, mas sim promove o fortalecimento do corpo, esquadrinhando-o meticulosamente em relações de poder extremamente sutis. A violência é o limite desse processo. Devemos caracterizar este corpo transpassado por relações de poder que caracterizam a modernidade. Vejamos:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar 'as disciplinas'.²⁰

Sob o prisma de Foucault, o corpo humano passa por um processo de controle com a intenção de torná-lo apto à atividade produtiva, em detrimento de seu potencial de contestação e de revolta, em termos de uma sujeição ininterrupta. Porquanto, o corpo

¹⁷ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, op. cit., p.155-156.

¹⁸ Cf. KANT, I. *Sobre a pedagogia*, Piracicaba: Unimep, 1996; p.16.

¹⁹ Cf. FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*, SP: Martins Fontes, 2000; p. 289.

²⁰ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis:Vozes, 1998; p. 118.

torna-se refém do potencial que lhe é destinado em prol da reprodutibilidade do sistema de produção. “Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica de poder’, está nascendo (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”.²¹ É válido ressaltar que as disciplinas operam segundo uma lógica sutil e discreta, através de técnicas minuciosas e íntimas, “porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder”.²² As técnicas de individualização dos sujeitos na escola abrem brecha para um tipo de saber específico acerca do homem. Anotar os desempenhos dos alunos em boletins, constitui uma prática que implica manter os alunos sob olhar permanente.

Mas ao percebermos o corpo envolto em relações de poder caracterizadas por repressão, uma vez que, na verdade, há a imbricação de saberes que propiciam um maior conhecimento acerca do indivíduo. Foucault nos esclarece que:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz, ele “produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter, se originam nessa produção.”²³

Foucault estabelece que embora seja produzido, este corpo disciplinado não responde sempre de forma subserviente às normatizações as quais é submetido, já que “haverá sempre formas de escapar às malhas da rede e que as resistências desempenharão seu papel”.²⁴ Com isto, cada intenção de tornar o corpo dócil engendra uma ação de contra-poder cartografando uma estratégia de resistência.

A tecnologia de poder que “prescreve (...) a cada um seu corpo, a cada um sua doença e sua morte(...) por meio de um poder onipresente e onisciente”²⁵, o corpo se rebela através de microlutas: “Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso”.²⁶

3. Projeto Político Pedagógico: escapando à disciplina?

3.1 O Projeto Político Pedagógico

Na década de 1990, as discussões em torno da elaboração do *Projeto Político Pedagógico (PPP)* nas escolas foram intensos. O Governo do Paraná, na época, Roberto

²¹ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Op. cit., p. 119.

²² Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Op. cit., p. 120.

²³ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, op. cit., p. 161.

²⁴ Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*, RJ:Graal, 1993; p.224.

²⁵ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis:Vozes, 1998; p. 163-164.

²⁶ Cf. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*, RJ:Graal, 1993; p.71.

Requião se mostrava “preocupado” com a elaboração dos *PPPs* para as escolas do Estado. O propósito desse governo era o de “promover e apoiar iniciativas e experimentos, voltados para a inovação educacional”.²⁷

O objetivo do governo era de que as escolas tivessem um *PPP* uniforme em todo o Estado do Paraná, contrariando a idéia de autonomia das escolas.

No início de 92, com o intuito de conhecer melhor o que a escola estava fazendo de inovador e valorizá-lo, a Superintendência de Educação solicitou a cada chefe de Núcleo Regional de Educação que indicasse, a seu juízo, duas escolas que ostentassem, perante a comunidade, um grau destacado de atuação e de desempenho.²⁸

Segundo a Equipe de Ensino da Secretaria da Educação do Paraná, em 1992, “um dos mais graves problemas da política educacional brasileira é a descontinuidade administrativa. Os projetos pedagógicos das escolas podem garantir essa necessária continuidade”.²⁹

O Projeto Político Pedagógico da escola é tarefa dela mesma, processo nunca concluído que se constrói e se orienta com intencionalidade explícita, porque prática educativa.³⁰

Mas afinal, o que é um *Projeto Político Pedagógico*? Convém ter claro que este é formado por um conjunto de objetivos, metas, procedimentos, programas e atividades, definidas *a priori*, e, em seguida explicitamente pensados e propostos como o ideal para a escola. É a partir da consideração e da hermenêutica dessas práticas que o *Projeto Político Pedagógico*, fundado na reflexão coletiva, será construído no interior da singularidade da escola e não mais como algo que aí está, mas como algo que se está sempre fazendo de novo.

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente.³¹

Em meados da década de 90, a idéia de projeto pedagógico veio tomando corpo no discurso oficial e em quase todas as instituições de ensino, espalhadas pelo Brasil. A

²⁷ Cf. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, Caderno Construindo a Escola Cidadã, 1992, p. 04.

²⁸ Cf. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, Caderno Construindo a Escola Cidadã, op. cit., p. 05.

²⁹ Cf. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, Caderno Construindo a Escola Cidadã, op. cit., p. 07.

³⁰ MARQUES, M. ° *Os Paradigmas da Educação*. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 1992, p. 134.

³¹ Cf. VEIGA, I. P. A. . *Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível*, SP: Libertat, 1995; P.18.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), em seu artigo 12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando explícita a idéia de que a escola não pode abstrair da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Em suma, o *Projeto Político Pedagógico*, consolida-se a escola em sua especificidade do conjunto das condições para a organização do coletivo dos educadores e dos educandos em relação de reciprocidade e como condução de ações sistemáticas de contínua reflexão sobre processos da educação e revisão permanente dos objetivos pretendidos, das práticas em desenvolvimento e da processual apreciação e avaliação da aprendizagem coletiva e individual.

3.2 A construção do Projeto Político Pedagógico

A importância de se ter um *PPP* na escola, vem da necessidade da sua reconceitualização, como instituição, e de sua função. A educação é um processo de longo prazo, por isso o projeto pedagógico das escolas deve estar permanentemente em construção.

O Projeto Político Pedagógico sempre em construção, cria as possibilidades de definição de metas coletivas que possam conduzir à busca da elaboração de um “patrimônio ideal comum” e não exclusivamente baseado na participação comum nos processos técnicos, burocráticos e instituídos.³²

Isso requer um novo modo de ver e de fazer a escola. Propõe-se que o educador redefina a sua atuação no entendimento da mesma, como ação integrada com seus iguais, isto é, significa repensar e abrir-se para novas formas de organização das práticas pedagógicas

3.2.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Projeto Político Pedagógico:

A Lei 9394/96, sancionada em 20 e publicada em 23 de dezembro de 1996, traz para a estrutura e funcionamento do ensino algumas mudanças e inovações marcantes na história da educação brasileira. Ela valoriza a integração da escola com o mundo real e do trabalho e o aproveitamento pela escola de todo e qualquer conhecimento ou habilidade adquiridos pelo educando em sua vida. Permite em qualquer nível de ensino, que se aproveite tudo aquilo que alguém aprendeu com êxito cabendo cabendo à escola

³² Cf. VATTIMO, G. *A Educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica*. Tempo Brasileiro, RJ, nº108, 1992, p. 11.

completá-lo e certificá-lo. Estimula-se a qualquer um a entrada e o retorno à escola, para aumentar, aprimorar ou reciclar seus conhecimentos.

Depois da promulgação da *Constituição Federal* de 1988, que institui a “gestão democrática do ensino público” (Art. 206, inciso VI), o debate em torno desse tema se intensificou. A LDB, nº 9394/96, estabelece como princípios a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e das legislações dos sistemas de ensino (Art. 3º, VIII). E no artigo 15 define princípios da gestão democrática: os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades: “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola”.

A Constituição promulgada em 1988 é o principal fundamento da gestão democrática do ensino público, pois além de prevê-la expressamente no artigo 206, institui a “democracia participativa” e possibilita o exercício “direto” do poder (Art. 1º), e o “regime de colaboração” entre a União, Distrito Federal, Estados e Municípios (Art. 211).

4. Projeto Político Pedagógico do Colégio Francisco Camargo: um estudo de caso

4.1 Construção do PPP no Colégio Francisco Camargo³³

O *Projeto Político Pedagógico (PPP)* das escolas, segundo a Lei 9394/96, é uma proposta pensada para a autonomia das escolas.

No Colégio Estadual Colégio Francisco Camargo do município de Tijucas do Sul, o PPP foi elaborado seguindo algumas etapas e orientações do Núcleo Regional de Ensino da Área Metropolitana-Sul³⁴, tais como: a realização de reuniões pedagógicas, primeiramente com todo o grupo (direção e vice-direção do estabelecimento, supervisão e orientação escolar, e professores) nas quais foram discutidos temas gerais, como: metodologias, grade curricular, tempo e quantidade de aulas por disciplina e por série, normas (direitos e deveres dos alunos e professores), etc., e depois reuniões por disciplina, nas quais todos os professores do Colégio Francisco Camargo deveriam estabelecer a metodologia, os objetivos, conteúdos e avaliação de sua disciplina, embora o tempo destinado a esses encontros fosse exíguo.

Com base no livro *Ata*, com data registrada em 03 de outubro de 2000, aconteceu a primeira reunião com objetivo de elaborar o *Projeto Político Pedagógico*

³³ Este colégio é onde exerço a função de docente. Ele está localizado no Município de Tijucas do Sul, no Estado do Paraná, com distância aproximada de 60km de Curitiba.

³⁴ É o Núcleo de Ensino responsável pelo município de Tijucas do Sul.

(PPP) do Colégio Francisco Camargo, pelo registro desta *Ata* consta que foram discutidos assuntos, tais como, carga-horária, proposta de cada disciplina, grade curricular e outros³⁵

Não foram encontrados registros em livro *Ata* de reuniões para a continuidade da construção do PPP do Colégio Francisco, sabe-se que os professores divididos por área ou disciplina, que lecionavam na época, se encontravam em intervalos de aula para discutir a metodologia, os objetivos, conteúdos e avaliação de sua disciplina. Temas relacionados com a organização e caracterização do Estabelecimento foram criados e organizados pela direção, supervisão e dois professores escolhidos pela direção.

Para Marli André, o projeto pedagógico não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência de ordem administrativa, pois este deve

Expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como as necessidades locais e específicas da clientela da escola; ele é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade.³⁶

O projeto pedagógico deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola. Segundo Vasconcellos, o projeto pedagógico

É um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignar a ação de todos os agentes da instituição.³⁷

Quando temos uma construção fragmentada do PPP a “autonomia” que é “dada” a escola e o conhecimento dos compromissos colocados no Projeto se perdem. Essa fragmentação também pode levar a não valorização da realidade local da escola.

O projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado.³⁸

³⁵ ATA de 03/10/2000, p. 7.

³⁶ Cf. ANDRÉ, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In. CASTRO, A. D. & CARVALHO, A. M. P. (Orgs.). *Ensinar a Ensinar*. São Paulo, 2001; p.188.

³⁷ VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat, 1995; p.143.

³⁸ Cf. VEIGA, I. P. A. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1998; P.113

Portanto, trata-se de um instrumento que permite clarificar a ação educativa da instituição educacional em sua totalidade. O projeto pedagógico tem como propósito a explicitação dos fundamentos teóricos-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização e das formas de implementação e de avaliação institucional.

Certamente, não podemos responsabilizar os docentes desses problemas, pois podemos questionar: será que realmente é dada autonomia para as escolas elaborarem o *PPP*? Por que não se tem tempo para a elaboração do Projeto? Por que somente a direção, a Equipe Pedagógica da escola e uma pequena porcentagem de professores fazem o fechamento da elaboração do Projeto Político Pedagógico? A Equipe de Ensino da Secretaria da Educação não percebe essa fragmentação do *PPP*? Por que ela aprova o *PPP* já que existem tantos problemas nele?

Segundo o discurso que se coloca no *PPP* do Colégio Francisco Camargo, a escola sempre caminha em uma linha com a participação de “todos”:

Toda equipe da escola tem buscado estabelecer metas em conjunto, trabalhando de forma harmoniosa e cooperativa, sem distinção de dependência administrativa, avançando assim, humana, física, administrativa e pedagogicamente..³⁹

Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico é um projeto educacional planejado e desenvolvido a partir de uma seleção da cultura e das experiências das quais deseja-se que as novas gerações participem, a fim de socializá-la e capacitá-las para serem cidadãos solidários, responsáveis e democráticos..⁴⁰

Para Ilma Passos Veiga, a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como:

ser processo participativo de decisões; (...) explicitar o compromisso com a formação do cidadão; (...) nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; (...) ser construído continuamente, pois como produto, é também processo..⁴¹

4.2 Os discentes do Colégio Francisco Camargo

No Projeto Político Pedagógico do Colégio Francisco Camargo, os deveres dos alunos mostram claramente as normas que eles devem obedecer para que a disciplina seja conquistada na instituição.

³⁹ Cf. Projeto Político Pedagógico do Colégio Francisco Camargo, 2000; p.5-6.

⁴⁰ Cf. Projeto Político Pedagógico do Colégio Francisco Camargo, 2000; p.18.

⁴¹ VEIGA, I. P. A. . *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 1998; P.11

A pontualidade e a assiduidade são elementos significativos para o desempenho das atividades escolares e para a formação do aluno.⁴²

A disciplina em sala de aula é, prioritariamente, competência do professor.⁴³

Como vimos compravam as teses de Foucault, quando em *Vigiar e Punir*, ele coloca que

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. (...) A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.⁴⁴

O texto do Projeto Político Pedagógico do Colégio Francisco Camargo, que discute as questões relacionadas aos alunos, destacam as “obrigações” e deveres dos mesmos com a instituição, que são instrumentos disciplinares usados para que a “ordem”, realmente, aconteça; estes aparecem na discussão de Michel Foucault, onde o autor destaca que essas normas, procedimentos têm a função de “adestrar”, fabricar indivíduos de acordo com a característica da instituição.

5. Considerações Finais

Um Projeto Político Pedagógico exige uma profunda reflexão sobre a instituição a que ele se refere, nesse caso a instituição escolar, o Colégio Estadual Francisco Camargo. Assim, tendo claro o caminho a seguir, a organização da escola será de fácil percepção por todos os envolvidos com o processo educativo.

Certamente para que isso se aproxime da realidade é preciso conhecer esse documento da escola e que seja feita uma reflexão sobre ele.

Nesse estudo de caso, o *PPP* teve sua elaboração muito fragmentada e sua redação final ficou por conta de quatro pessoas (sem registro em *ata*) que detinham “o poder”, no período em que a Equipe de Ensino do Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul enviou as orientações para a elaboração do *PPP* nesse Colégio.

Ele, o *PPP*, precisaria ser fruto de reflexão e investigação, valorizando as diferenças existentes entre seus autores, ou seja, equipe técnico-administrativa, equipe pedagógica (supervisores, orientadores), pais, alunos, representantes da comunidade local e principalmente os professores.

⁴² Cf. Projeto Político Pedagógico do Colégio Francisco Camargo, 2000; p.338-339.

⁴³ Cf. Projeto Político Pedagógico do Colégio Francisco Camargo, 2000; p.330.

⁴⁴ Cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis:Vozes, 1998; p. 143.

Se na teoria é o professor o autor da ação pedagógica, ele precisa ser respeitado como sujeito de decisão e não um executor de tarefas. Ao Estado cabe mobilizar a totalidade do poder de ação do magistério para cumprir determinado programa, mas deve deixar o professor livre para escolher instrumentos e caminhos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96, em seu Artigo 13, inciso I, prevê “a participação dos docentes na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e no Artigo 14, inciso I, estabelece “a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola”. Portanto, uma construção compartilhada, constituir-se-ia em efetivo espaço de comprometimento dos representantes das comunidades interna e externa com o Projeto Político Pedagógico elaborado de forma partilhada. Nesta perspectiva, a tarefa dos agentes educativos implica, em primeiro lugar, que eles compreendam que seu trabalho se estende ao compromisso com a totalidade do processo escolar. Isso, por sua vez, exige que eles percebam a dimensão político-pedagógica de seu trabalho e o significado social de responsabilizar-se pela definição do *PPP* a ser assumido pela escola.

Com relação a autonomia da escola na elaboração do Projeto Político Pedagógico, esta vem a ser um ponto fundamental, pois, pode definir a identidade da instituição. Porém, podemos perceber que no caso do *PPP* do Colégio Francisco Camargo, isso não foi totalmente conseguido, pois, não mostrou ser um processo autônomo, assim como também não acontece na grande maioria dos Colégios Estaduais.

Para a escola ser autônoma, ela não pode depender apenas dos órgãos centrais que definem a política da qual ela não passa de simples executora. Portanto, a escola concebe seu Projeto Político Pedagógico e tem autonomia para executá-lo e avaliá-lo ao inserir-se na sua própria liderança, refletindo sobre as finalidades educacionais da instituição.

Citei a discussão feita pela equipe de ensino da Secretaria da Educação do Paraná, a qual demonstra que o governo da época tinha como objetivo criar um Projeto Político Pedagógico uniforme para as escolas de todo o estado, podemos compreender que as escolas não iriam conseguir que seus projetos fossem autônomos

Podemos questionar se o *Projeto Político Pedagógico* das escolas, pode ser um projeto real ou uma singela fantasia? O *PPP* é uma política que se coloca fora da lógica disciplinar da escola? Talvez esse trabalho não consiga responder a essas e outras perguntas, mas apenas fazer algumas considerações: se ele, o *PPP*, não conseguiu ser construído dentro de seguimentos da “ordem disciplinar”, se os indivíduos que fazem

parte desta instituição não conhecem o seu projeto, como segui-lo? Ou melhor, simplesmente não seguem. Assim temos um *PPP* ou *PPPs* que escapam à disciplina da instituição escolar; a instituição que Foucault demonstrou ser nela que se desenvolvem práticas e discursos a serviço da produção de disciplina.

6. Referências Bibliográficas

ANDRÉ, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: CASTRO, A. D. & CARVALHO, A. M. P. (Orgs.). *Ensinar a Ensinar*. São Paulo, 2001.

BRASIL. Lei nº9394, de 20/12/1996. (LDB)

CÉSAR, M. R. A. “*Da escola disciplinar à pedagogia do controle*.” Tese de Doutorado. Campinas, SP; 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*, RJ: Nau, 1999.

_____. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KANT, I. *Sobre a pedagogia*, Piracicaba: Unimep, 1996.

MARQUES, M. O. *Os Paradigmas da Educação*. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 1992, p. 134.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, Caderno Construindo a Escola Cidadã, 1992.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat, 1995.

VATTIMO, G. A educação contemporânea entre a epistemologia e a hermenêutica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº 108, 1992.

VEIGA, I. P. A (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA-NETO, A. “Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades” in CASTELO BRANGO, G. & PORTOCARRERO, V. (org.) *Retratos de Foucault*, RJ:Nau, 2000.

_____. “Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol?” in VEIGA-NETO, A *Crítica pós-estruturalista e educação*, Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. *Foucault e a Educação*, Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Fontes Documentais:

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO do Colégio Francisco Camargo, 2000.

Livro ATA do Colégio Francisco Camargo, pág. 2-7.